

No Serviço Social, comunicação deve ser entendida como direito humano e também, enquanto dimensão político-pedagógica



Arte: Rafael Werkema/CFESS

O Serviço Social está intimamente ligado à comunicação: desde o atendimento à população usuária e na produção de estudos técnicos até a maneira com que assistentes sociais são retratadas em novelas ou na mídia. Sendo esta área estratégica para a atuação profissional e para o pleno

funcionamento da democracia, o Conjunto CFESS-CRESS entende a comunicação como um direito, não só da categoria, mas de todas e todos.

Essa compreensão do papel da comunicação vem sendo construído há cerca de 30 anos dentro do Conjunto. Na década seguinte à aprovação da Constituição Federal de 1988, o Brasil se encontrava em uma fase de regulamentação das áreas de atuação do governo, como a Saúde, a Infância e a Adolescência e também a Seguridade Social, que abarca o Serviço Social.

Concomitante a isso, as profissões que vinham de um processo de resistência à Ditadura Militar, de luta pela democratização e busca por uma participação com mais protagonismo no sistema político, também estavam em processo de regulamentação. No Serviço Social, por exemplo, o Código de Ética e a Lei 8.662, que regulamenta a profissão, foram ambos criados em 1993.

Foi nesse contexto de reorganização da categoria e de filiações com sindicatos que começou a surgir um olhar mais atento para a comunicação. “Se naquele momento nós não tínhamos uma relação direta com isso, a gente também não estava totalmente desfilado, até porque em uma democracia você socializa as informações”, destaca Kênia Augusta, assistente social, doutora em Política de Comunicação e Cultura e uma das figuras que ajudaram a construir a comunicação no CRESS-MG.

Naquele momento, o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) teve

um papel histórico para contribuir nos capítulos da constituição que apontavam a comunicação e sua importância no controle social. Foi a partir dos encontros promovidos pelo FNDC, que o CRESS Minas, um dos pioneiros dessa área, começou a produzir conteúdos para a categoria. É também nessa década que nasce, em João Monlevade, o primeiro Boletim Conexão Geraes.



Apesar de naquele tempo ainda não haver um entendimento da comunicação como um direito humano tal qual como temos hoje, à medida que o Conjunto vai ganhando corpo com seus encontros anuais, cresce a necessidade de aproximar a categoria e sua diretoria, sendo a comunicação muito importante para isso. Todos esses avanços levaram a entidade, alguns anos depois, em 2007, a elaborar sua primeira Política Nacional de Comunicação (PNC), documento que traz o conceito e o papel dessa área com o Serviço Social.

A PNC e a dimensão político-pedagógica do Serviço Social

“Nosso entendimento de comunicação como direito humano pressupõe liberdade coletiva de acessar, consu-

mir, produzir e transmitir informações de forma igualitária”, é o que está posto na quarta edição da Política Nacional de Comunicação, ressaltando a dimensão político-pedagógica que o Serviço Social busca dentro dos espaços sócio-ocupacionais em que estão inseridos as e os profissionais.

A PNC, que aparece pela primeira vez no 36º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, é fruto de um trabalho feito de “grão em grão” por várias profissionais do Serviço Social, como resgata Kênia. “Me lembro que haviam os grupos comissionados, de ética, educação, saúde, e no da comunicação éramos pouquíssimos, não chegávamos a seis”.



O Conjunto CFESS-CRESS lançou, em maio de 2023, a nova edição da Política Nacional de Comunicação.

Foi o trabalho dessas e desses poucos profissionais que possibilitou a profissionalização do Setor de Comunicação dentro do Conjunto, de forma que, hoje, assessorias de comunicação fazem parte do quadro permanente da equipe do CFESS e dos CRESS. “Com o tempo, começamos a defender a contratação de profissionais da comunicação, já que essas funções não cambiam a nós, assistentes sociais, por mais palpite que a gente desse na produção dos materiais. A questão orçamentária, de prestação de serviço e um maior entendimento

político da profissão melhorou e, a partir disso, começamos a profissionalizar a área”, ressaltava Kênia.

Por volta de 2012, procurando estudar e produzir ainda mais conhecimento, o Conjunto se associa ao FNDC. Porém, mesmo após essa filiação, algumas coisas ainda não ficaram claras dentro da temática da comunicação no Serviço Social, criando obstáculos para o protagonismo do CFESS-CRESS dentro desta luta. “O jargão ‘comunicação como direito humano’ não é compreendido pela própria categoria, assim como o monopólio dos veículos de imprensa, a necessidade de regulamentação da internet”, explica a assistente social.

A militante explica que para suprir essa lacuna é necessário um diálogo mais intenso entre a academia, produtora de conhecimento, e o Conjunto, além da participação ativa dentro dos comitês do FNDC, a realização de lives e atividades sobre o tema, uma maior articulação com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), para que assim, seja trilhado um caminho que faça a temática se tornar uma disciplina dentro das escolas de Serviço Social.

FNDC organizando a defesa de uma comunicação democrática



Seminário de Planejamento do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), da Gestão 2023-2025. Foto: CFESS

Com presença em quase todos os estados do país, o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) nasceu nos anos 1980 e teve um papel essencial no embate político, institucional e teórico sobre o Setor da Comunicação. Foi a atuação deste coletivo que garantiu o capítulo quinto da Carta Magna, com artigos que tratam especificamente da comunicação.

Desde então, o Fórum continua fazendo história ao participar de lutas políticas sobre a temática, contribuindo, por exemplo, na concepção do conceito de Radiodifusão Comunitária, na regulamentação da cabodifusão, na reforma da Lei de Imprensa e na criação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS). Leonardo Koury, assistente social, comunicador popular e representante do CFESS no FNDC, fala sobre a necessidade de a categoria se inteirar sobre esse assunto, visto que a comunicação faz parte do exercício profissional.

“Em seu cotidiano profissional, as e os assistentes sociais se comunicam de forma direta ou indireta com a população atendida nas políticas públicas e em outros diversos espaços de trabalho. A desinformação, as fakenews e a ideologização da meritocracia são parte do mesmo modelo de comunicação organizado

por grandes famílias donas dos meios de radiodifusão, das Bigtechs e de grupos econômicos que ditam as regras do capital transnacional”, alerta.

Atualmente a maior luta do Fórum é a defesa do Projeto de Lei 2.630/20, conhecido como “PL das Fake News”, que regulamenta as plataformas digitais. O projeto de lei fixa exigências de transparência no funcionamento desses sites, coíbe a censura privada e obriga a notificar o autor, quando tomarem alguma medida em relação a um conteúdo publicado/divulgado.

Sabendo que ainda há muito trabalho a ser feito para que a comunicação realmente se torne um direito humano, é essencial a presença dos CRESS e do CFESS nos espaços como os comitês e frentes de luta. “Estar em unidade com os movimentos sociais e participar do FNDC é parte do que propomos enquanto projeto profissional alinhado a um projeto de sociedade livre de violências e opressões”, propõe Leonardo.